

Suplentes torcem por cassações

Giselle Chassot

Embora a Nação inteira venha acompanhando com atenção os trabalhos da CPI do Orçamento, há um pequeno número de brasileiros aos quais a punição dos culpados interessa particularmente: são os suplentes dos parlamentares denunciados pelo economista José Carlos Alves dos Santos. Caso algum dos acusados perca o mandato, quem assume a vaga e um salário líquido de cerca de CR\$ 500 mil, mais apartamento funcional, é o primeiro suplente da coligação partidária que o elegeu.

Para quem já está sonhando com as eleições de 1994, assumir o mandato agora pode ser muito interessante. É natural que um deputado federal tenha mais espaço político que um suplente em seu estado. E espaço político pode significar contato mais fácil com o eleitorado e talvez uma chance maior de conseguir um novo mandato. Assumir agora, mesmo que em final de mandato parlamentar, pode indiscutivelmente significar um empurrãozinho em qualquer carreira política.

Torcida — Os suplentes em geral são discretos. Num momento delicado, como o da CPI, eles preferem não aparecer ou fazer comentários, sob o argumento de que não seria ético. Afinal, por enquanto o dono do mandato ainda não sofreu sanção alguma.

Vários parlamentares acreditam que já existem indícios suficientes para cassar pelo menos os



Sant'Anna é suplente

deputados João Alves (PPR-BA) e Cid Carvalho (PMDB-MA). Alves foi candidato pelo PFL baiano, numa coligação com o PTB, PDC, PL, PDS (atual PPR) e PST, conseguindo 69 mil 315 votos. O suplente que encabeça a lista da coligação é Milton João Soares Barbosa, que não passou dos 18 mil 337 votos.

Outro baiano com o mandato ameaçado é o líder do PMDB na Câmara, Genebaldo Correia. Eleito por uma coligação entre o PMDB e o PFL, Genebaldo teve 24 mil 908 votos. O primeiro suplente da coligação é o atual secretário de Saúde do Distrito Federal, Carlos Sant'Anna.

Entre os acusados de envolvimento com manipulação no Orçamento, outros que têm maiores chances de punição, segundo impressão generalizada no Congresso, são os deputados Manoel Moreira (PMDB-SP) e José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG).

Moreira foi eleito com 42 mil 041 votos. Quem o substituiria em caso de impedimento seria Antônio Guaçu Dinaer Piteri, décimo suplente do PMDB paulista e que obteve 23 mil 138 votos.

José Geraldo foi eleito pelo PL em coligação com o PTB e o PRS, e conseguiu 44 mil 982 votos. O primeiro suplente da coligação é Philemon Rodrigues da Silva, que obteve 20 mil 980 votos pelo PTB.

Cid Carvalho foi eleito pelo PMDB maranhense com 34 mil 003 votos. Na eleição de 1990, o PMDB estava coligado com outros seis partidos: PDC, PDS, PRN, PSDB, PL e PSD. Se ele for afastado, assume Eurico Bartolomeu Ribeiro, do PRN, que conseguiu 18 mil 569 votos.

Duas chances — O pernambucano José Tavares de Moura Neto, que candidatou-se pelo PFL e não ultrapassou os 22 mil 295 votos, tem agora duas chances de conseguir um mandato. Isso se a CPI apurar o envolvimento dos deputados Ricardo Fiuza, também do PFL, ou José Carlos Vasconcelos, do PRN. Seus partidos estavam coligados em 1990.

Já o pernambucano Sérgio Guerra (PSB) elegeu-se com 23 mil 102 votos. O primeiro suplente da coligação, Paulo Amaro de Maia Casundé, obteve a minúscula marca de dois mil 537 votos. Se Guerra tiver algum impedimento, é Cassundé quem assume o mandato.